



Grupo de Pesquisa 4 - Inclusão e Diversidade

Apresentação geral

Ministra Edilene Lôbo (TSE)

Elda Coelho de Azevedo Bussinger (FDV)

Olivia Cristina Perez (UFPI)

Coordenadoras da Linha 4

Inclusão e diversidade representam grandes desafios para as democracias contemporâneas. O Brasil é conhecido por ser um dos países mais desiguais do mundo, especialmente no que diz respeito à distribuição de renda e partilha do poder político.

Os movimentos sociais e a ciência têm constatado que as desigualdades sociais têm relação com gênero, raça/cor, sexualidade e região, dentre outros marcadores sociais das diferenças.

Na prática isso faz com que as violências cotidianas e o acesso a direitos sejam vivenciados de forma distinta pela população. Por exemplo, mulheres negras têm sua existência marcada por discriminações relacionadas a gênero, raça e classe social, de modo imbricado, o que, a partir de uma formulação teórica mais elaborada, denomina-se hoje como interseccional.

Esses ensinamentos têm levado à agenda de estudos e ao campo das políticas públicas e da própria Justiça Eleitoral a importância de se estudar e atuar para a inclusão da diversidade da população brasileira nos espaços de decisões coletivas.

Especificamente no âmbito eleitoral e especialmente no da representação política, medidas têm sido adotadas no sentido da inclusão das diversidades, ainda que de forma incipiente. Citamos como exemplos as novas normatizações que determinam que os partidos políticos devem destinar recursos do fundo partidário e do fundo especial de financiamento de campanhas para a promoção e



difusão da participação política das mulheres e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão no percentual mínimo de 30% (trinta por cento) para candidaturas femininas.

Para analisar os impactos das medidas da Justiça Eleitoral e da crescente discussão e ação em torno do reconhecimento e inclusão das diversidades, a Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) destinou uma linha de pesquisa sobre o tema: a Linha 4 - Inclusão e Diversidade

Os estudos da Linha foram guiados pelas seguintes questões/ problemas: de que maneira as medidas no âmbito eleitoral e especialmente da representação política têm impactado na inclusão da diversidade brasileira nos espaços de poder? Tais medidas têm impactado a organização das eleições, os atores políticos e a própria Justiça Eleitoral? Qual a efetividade dessas medidas no que diz respeito à redução das desigualdades políticas e do déficit de representação dos grupos com mais dificuldade de acesso a direitos?

As servidoras e servidores selecionados para a Linha 4 trabalharam com temas relacionados ao acesso à justiça, eleição e atuação de mulheres, negras, quilombolas, população LGBTQIA+, imigrantes e pessoas sem domicílio fixo. Nas investigações foram analisadas as conquistas e os obstáculos para a inclusão dessas diversidades brasileiras nos espaços de decisões coletivas, considerando os avanços nas regras da Justiça Eleitoral.

Especificamente foram formados dois subgrupos sob a orientação da professora Olivia Cristina Perez. O primeiro abordou a representação feminina preta na Câmara dos Deputados (servidora Karen Fernandes da Rosa Fróes e servidor Marcos Youji Minami). O segundo subgrupo analisou o aumento de candidaturas de mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+ e as alterações nas regras eleitorais (servidoras Gildene Pequeno Evangelista, Gláucia Bertocchi Faria Berg e servidor Marcos Heleno Lopes Oliveira).

Sob a orientação da professora Elda Coelho de Azevedo Bussinger as servidoras e os servidores produziram trabalhos sobre protocolo de atendimento para imigrantes naturalizados na Justiça Eleitoral brasileira (Assad Youssef Neto), procedimento de heteroidentificação (Fernanda Portela), fiscalização das autodeclarações étnico-raciais em processos eletivos no Brasil (Igor Eduardo dos Santos Araújo), sub-representação da mulher negra na política brasileira



e o impacto das ações afirmativas (Regina Rufino) e análise de gênero das condenações em processos de prestações de contas das eleições de 2022 no Rio Grande do Sul (Marília Piantá).

Registre-se que a Linha 4 foi composta por servidoras e servidores de todas as regiões do Brasil, em sua maioria mulheres negras. Ao incluir o tema da diversidade e da inclusão como uma das temáticas de investigação do projeto Grupos de Pesquisa, a Escola Judiciária Eleitoral do TSE oportuniza a aproximação de pessoas interessadas em estudar, a partir de suas próprias vivências, os desafios enfrentados por grupos mais sujeitos a opressões sociais.

A dinâmica do trabalho se iniciou com encontros com todos os integrantes da Linha, de modo virtual. Nesses encontros as três coordenadoras estavam presentes e fizeram suas primeiras contribuições. Posteriormente as servidoras e os servidores foram divididos em 2 (dois) grupos com orientações mais frequentes, também à distância.

Destacamos nesse percurso os aprendizados e os laços estabelecidos no Primeiro Encontro Presencial dos Grupos de Pesquisa, nos dias 13 e 14 de março na sede do TSE em Brasília. Na ocasião, a coordenadora da Linha 4, Ministra Edilene Lôbo, fez uma palestra sobre os desafios e formas de superação para a inclusão das diversidades nos âmbitos de poder. O encontro presencial, bem como toda a jornada, oportunizou uma aproximação rica de compartilhamento de experiências possibilitando alinhar de forma mais precisa os rumos das pesquisas que são apresentadas na presente publicação.

Interesses, valores, preocupações comuns e admiração mútua permitiram a criação de redes com potencial de continuidade, crescimento e fortalecimento. Muitas trocas e produtos certamente serão frutos dos trabalhos desenvolvidos nos Grupos de Pesquisa.

Agradecemos a todas aquelas pessoas envolvidas nessa importante e impactante experiência, especificamente: a coordenação-geral do Ministro Floriano de Azevedo Marques Neto, coordenação adjunta da Ministra Edilene Lôbo e coordenação científica do Professor Doutor Rogério Bastos Arantes; toda a equipe da Escola Judiciária Eleitoral do TSE; aos professores e professoras de todas as linhas, aos servidores e servidoras da Justiça Eleitoral de todo o Brasil que compuseram os Grupos de Trabalho.



Todas essas pessoas contribuíram com aprendizados mútuos que tornaram a vivência inesquecível. Desejamos que a experiência dos Grupos de Pesquisa se aperfeiçoe, se repita e se multiplique para todo âmbito da Justiça Eleitoral.